



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO - 0143

[1001 a 1500 processos]

Aos 15 dias do mês de outubro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2018, divulgado em 13/7/2018 no DEJT (Edição 2517/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 301). Presentes a Juíza Substituta Auxiliar Fixa Mariângela Fonseca e o Juiz Substituto Renato Clemente Pereira. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	BERNARDINO DE CAMPOS, PIRAJU, TIMBURI, TEJUPA, SARUTAIA, SANTA CRUZ DO RIO PARDO, IPAUSSU, ESPIRITO SANTO DO TURVO, FARTURA
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	25/10/2005
Data de Instalação do PJE:	18/12/2013
Data da Última Correição:	23/08/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	4 %
Acervo PJe/Acervo Total:	96 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
FERNANDA CRISTINA DE MORAES FONSECA	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
10/07/2017 a 08/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
09/08/2017 a 09/08/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
20/09/2017 a 19/10/2017	FERIAS
20/10/2017 a 19/12/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
20/12/2017 a 07/01/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
08/01/2018 a 06/02/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
08/01/2018 a 06/02/2018	FERIAS
07/02/2018 a 12/07/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 01/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BIANCA CABRAL DORICCI	19/07/2017 a 09/08/2017
BIANCA CABRAL DORICCI	10/08/2017 a 13/08/2017
BIANCA CABRAL DORICCI	24/08/2017 a 24/08/2017
BIANCA CABRAL DORICCI	29/08/2017 a 29/08/2017
BIANCA CABRAL DORICCI	06/09/2017 a 06/09/2017
BIANCA CABRAL DORICCI	19/09/2017 a 19/09/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARIANGELA FONSECA	14/05/2018 a 01/10/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/08/2018 a 01/10/2018	FERIAS

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	07/02/2018 a 12/07/2018
RENATO CLEMENTE PEREIRA	13/07/2018 a 01/10/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/07/2018 a 14/08/2018	FERIAS

NOME	PERÍODO
ROMULO TOZZO TECHIO	16/07/2018 a 14/08/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 01/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ZILAH RAMIRES FERREIRA	20/09/2017 a 19/10/2017
ZILAH RAMIRES FERREIRA	20/10/2017 a 19/12/2017
ZILAH RAMIRES FERREIRA	08/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
BENICE CASTILHO	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	09/01/2006
CAROLINE GOMES DE MELLO	AJJ	-	10/11/2016
DANIELLE ABRANTES DE OLIVEIRA	AJJ	FC-04 CALCULISTA	15/07/2010
DIOGO SABINO SILVA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/06/2015
ELIANE DE CARVALHO	AJ-OJA	-	25/10/2005
JOANA CARLA DA SILVA BARROS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	25/10/2005
MARIA PAULA FORTEZA DIAS PUCCINI	AJ-OJA	-	09/01/2006
MICHELLE APARECIDA PEREIRA	TJA	-	07/11/2016
OSVALDO ANTONIO DE OLIVEIRA	AJJ	-	18/11/2016
RENATA CRISTIANE RAIMUNDO ZANETE	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	31/07/2013
RENATA DE FREITAS OLIVEIRA NASCIMENTO	REQ	-	02/04/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
AFASTAMENTO PREVENTIVO POR PROCESSO DISCIPLINAR	201
AUSÊNCIA EM VIRTUDE DE PRISÃO TEMPORÁRIA	396
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	5
FALTA INJUSTIFICADA	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	100
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	24
SUSPENSÃO	30
TOTAL	758



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANDRE LUIS CECATTO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
MARIA CLARA DELARISSA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
FERNANDA CRISTINA DE MORAES FONSECA	26
MARIANGELA FONSECA	42
RENATO CLEMENTE PEREIRA	18
ZILAH RAMIRES FERREIRA	45

SERVIDORES	HORAS
BENICE CASTILHO	36
CAROLINE GOMES DE MELLO	14
DANIELLE ABRANTES DE OLIVEIRA	74
DIOGO SABINO SILVA	118
JOANA CARLA DA SILVA BARROS	414
MARIA PAULA FORTEZA DIAS PUCCINI	387
MICHELLE APARECIDA PEREIRA	44
RENATA CRISTIANE RAIMUNDO ZANETE	114
RENATA DE FREITAS OLIVEIRA NASCIMENTO	14



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	173	208	---
	Aguardando encerramento da instrução	272	243	---
	Aguardando prolação de sentença	32	91	---
	Aguardando cumprimento de acordo	234	233	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	872	688	---
	Pendentes de finalização	1.583	1.463	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	61	34	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	221	202	---
	Pendentes de finalização	282	236	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	264	576	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	30	45	---
	Pendentes de finalização	294	621	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	2	19	---
TOTAL		2.161	2.339	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	226	391	---
	Aguardando encerramento da instrução	299	339	---
	Aguardando prolação de sentença	54	69	---
	Aguardando cumprimento de acordo	255	235	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.431	1.706	---
	Pendentes de finalização	1.434	1.713	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	151	149	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	185	117	---
	Pendentes de finalização	325	242	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	282	551	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	295	461	---
	Pendentes de finalização	315	597	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	25	---
TOTAL		2.075	2.577	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	197	212	6
Exceções de Incompetência	12	10	0
Antecipações de Tutela	194	194	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	26	18	9
Embargos à Execução	27	26	5
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	3	1
TOTAIS	459	463	22

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	135	125	16
Exceções de Incompetência	45	43	1
Antecipações de Tutela	129	128	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	44	48	2
Embargos à Execução	46	46	5
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	10	8	2
TOTAIS	409	399	27



6 - RECURSOS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	817	800	23
Recurso Adesivo	25	24	2
Agravo de petição	43	45	3
Agravo de Instrumento	7	0	5
TOTAIS	892	869	33

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [04/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	452	454	3
Recurso Adesivo	54	52	4
Agravo de petição	74	72	7
Agravo de Instrumento	24	20	0
TOTAIS	604	598	14



7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	379	57	118	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.585	141	264	---
Total / Média	1.964	125	223	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	379	58	126	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.530	147	291	---
Total / Média	1.909	130	243	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	92	7	26	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.048	17	39	---
Total / Média	1.140	16	36	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	37	83	106	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	400	98	142	---
Total / Média	437	97	136	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	239	409	1.187	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	27	371	704	---
Total / Média	266	405	1.068	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	288	69	133	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.461	184	246	---
Total / Média	1.749	165	218	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	282	80	141	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.392	194	254	---
Total / Média	1.674	174	225	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	130	26	31	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	755	29	44	---
Total / Média	885	29	41	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	51	143	136	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	341	93	156	---
Total / Média	392	100	152	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	241	1.309	1.632	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	7	522	586	---
Total / Média	248	1.287	1.471	---

*Do início até a extinção da execução

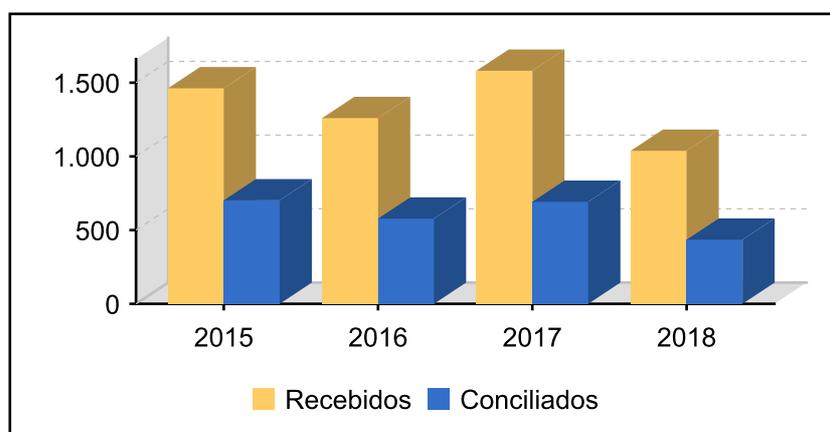


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

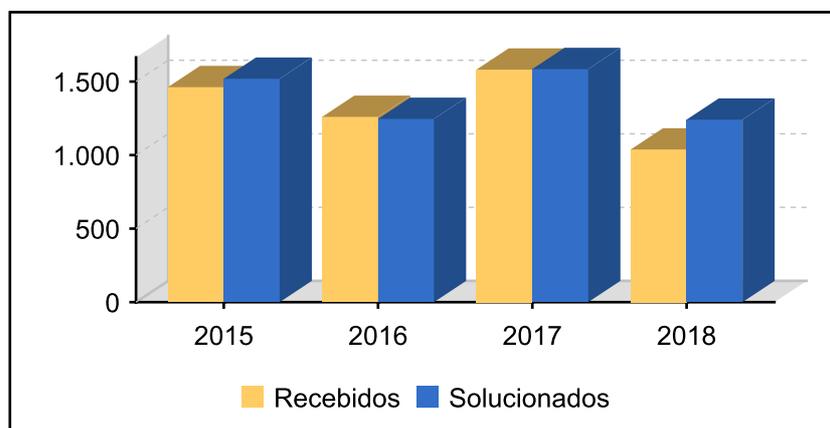
8.1 - Índice de conciliações [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.462	702	48,02
2016	1.260	578	45,87
2017	1.581	692	43,77
2018	1.038	435	41,91



8.2 - Índice de soluções [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.462	1.519	103,90
2016	1.260	1.246	98,89
2017	1.581	1.585	100,25
2018	1.038	1.241	119,56



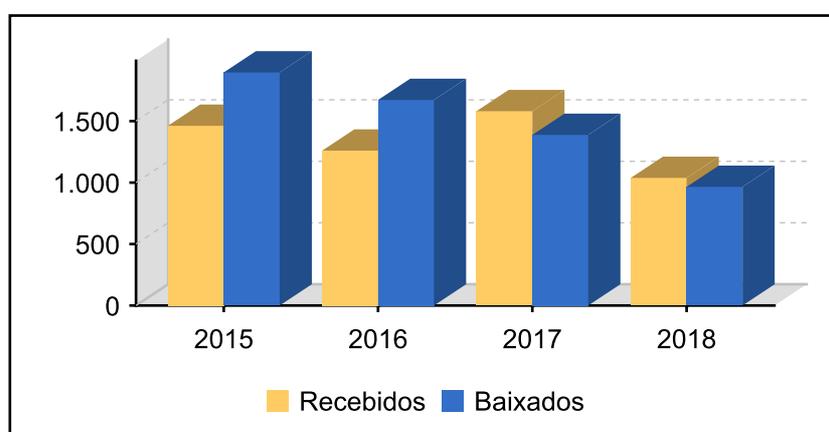


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

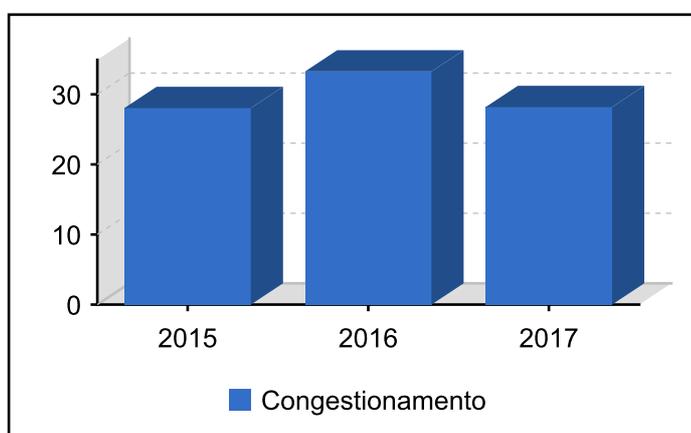
8.3 - Índice de baixas [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.462	1.896	129,69
2016	1.260	1.672	132,70
2017	1.581	1.388	87,79
2018	1.038	965	92,97



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	649	1.462	1.519	28,04
2016	607	1.260	1.246	33,26
2017	626	1.581	1.585	28,18





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	652	54,3	56,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	754	62,8	65,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.406	117,2	121,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	380	31,7	32,8
Incidentes Processuais Resolvidos	409	34,1	35,3
Dias-Juiz	348	29,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	10.252	45,0	43,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	10.909	47,8	46,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	21.161	92,8	89,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.179	13,9	13,4
Incidentes Processuais Resolvidos	7.054	30,9	29,8
Dias-Juiz	7.105	31,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

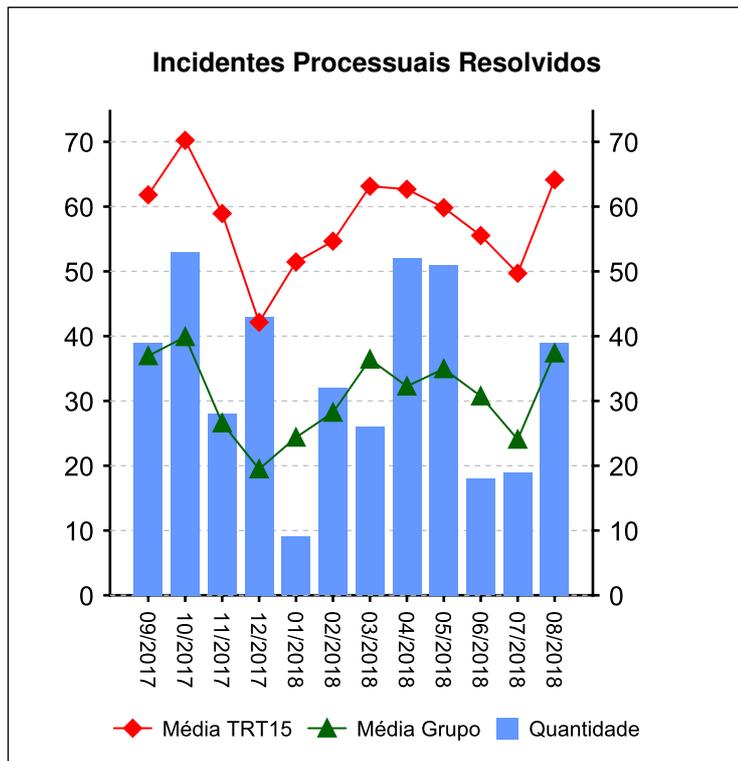
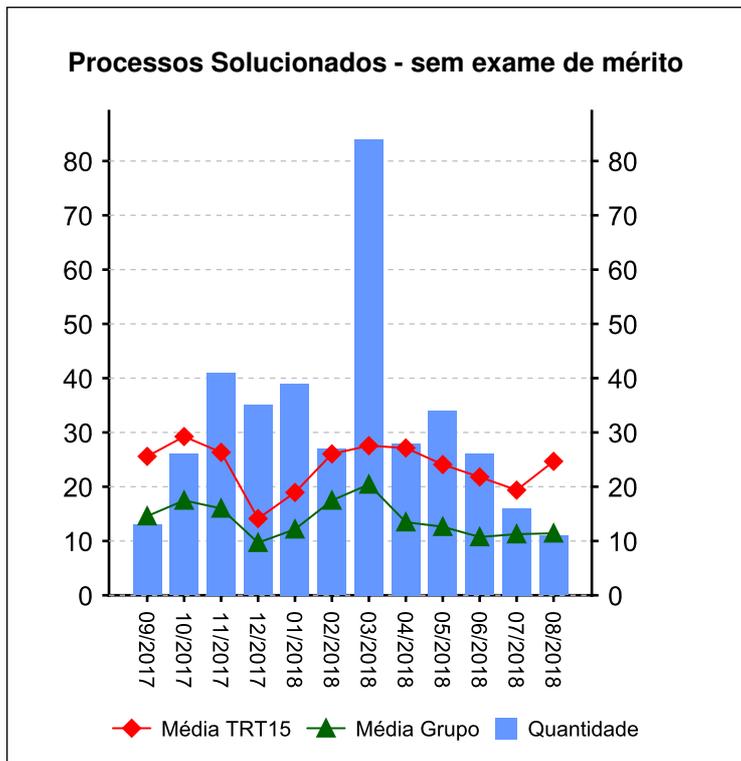
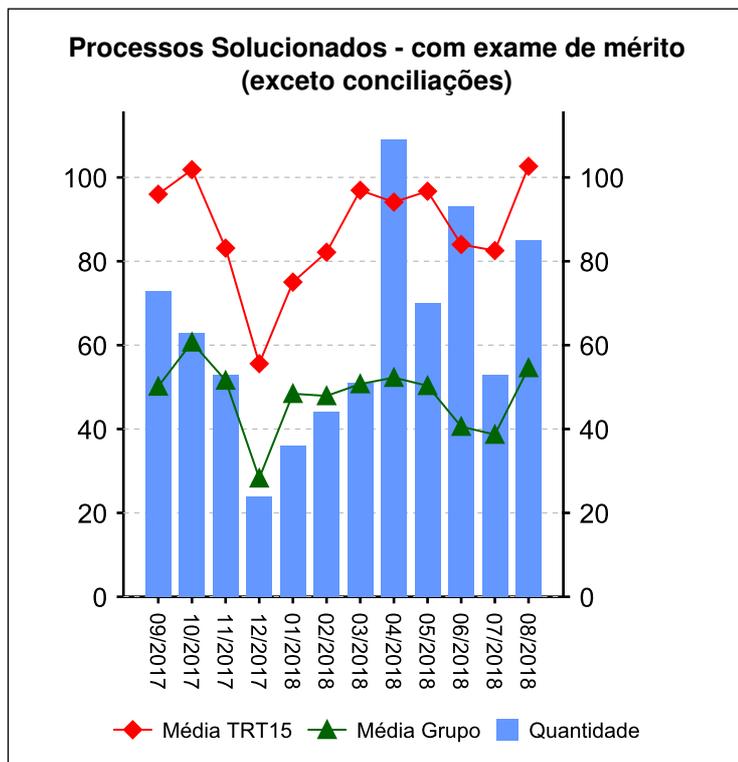
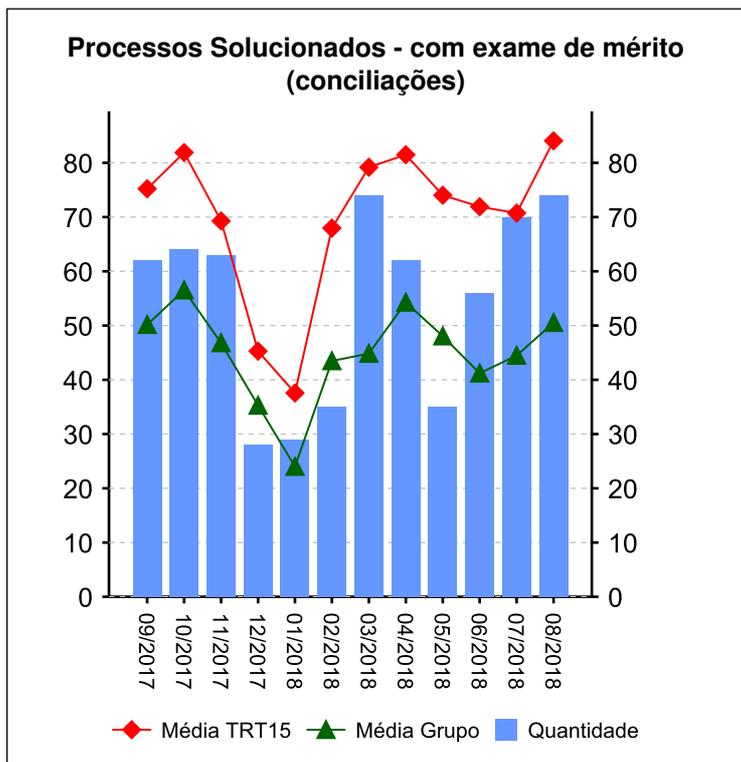
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.304	69,9	45,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.696	87,5	56,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	289.000	157,4	101,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.522	23,7	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	106.218	57,9	37,3
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	476	39,7	41,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	285	23,8	24,6
Sessões de audiência realizadas - una	662	55,2	57,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	189	15,8	16,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	78	6,5	6,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	947	78,9	81,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	267	22,3	23,0
Dias-Juiz	348	29,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	7.105	31,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.481	46,6	---

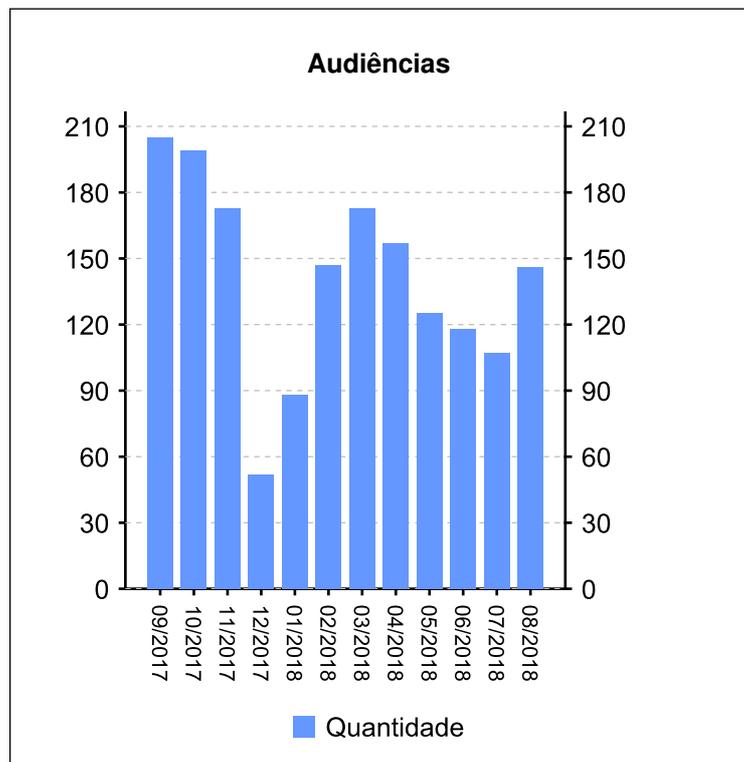


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

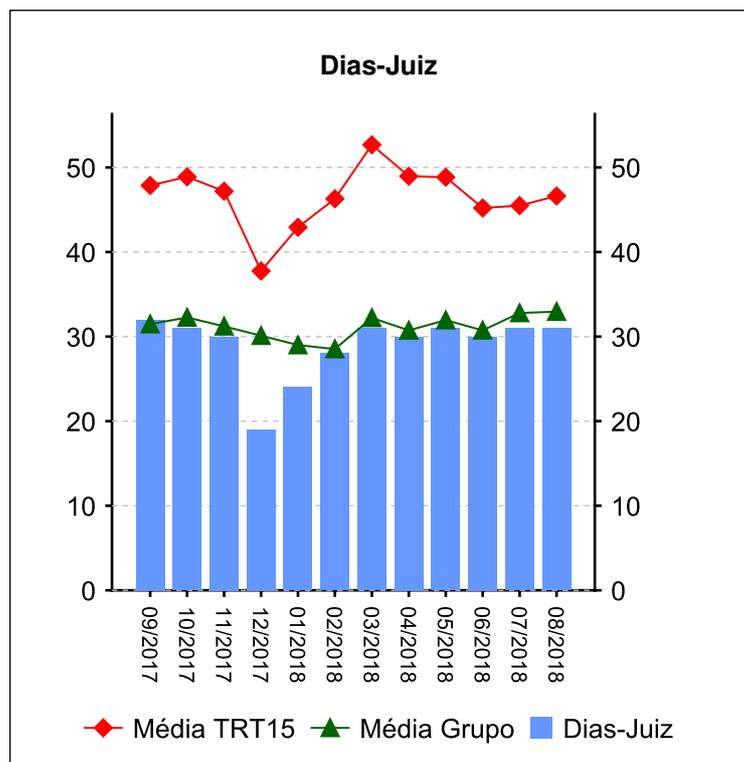
[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2017	35	22	1	17	130	205
10/2017	7	4	1	28	159	199
11/2017	36	8	49	40	40	173
12/2017	15	3	27	7	0	52
01/2018	10	2	62	14	0	88
02/2018	13	3	108	21	2	147
03/2018	24	6	113	17	13	173
04/2018	9	7	61	28	52	157
05/2018	16	8	6	32	63	125
06/2018	15	4	6	35	58	118
07/2018	4	2	8	17	76	107
08/2018	5	9	34	29	69	146
Total	189	78	476	285	662	1690



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
09/2017	32
10/2017	31
11/2017	30
12/2017	19
01/2018	24
02/2018	28
03/2018	31
04/2018	30
05/2018	31
06/2018	30
07/2018	31
08/2018	31
Média Mensal	29,0



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	674	56,2	44,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	549	45,8	36,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.223	101,9	81,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	176	14,7	11,7
Incidentes Processuais Resolvidos	314	26,2	20,8
Dias-Juiz	452	37,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	10.531	46,2	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	12.126	53,2	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	22.657	99,4	91,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.508	15,4	14,2
Incidentes Processuais Resolvidos	7.763	34,0	31,3
Dias-Juiz	7.433	32,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.042	70,3	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	149.307	81,3	52,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	278.349	151,6	97,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.811	27,1	17,4
Incidentes Processuais Resolvidos	107.192	58,4	37,4
Dias-Juiz	85.872	46,8	---

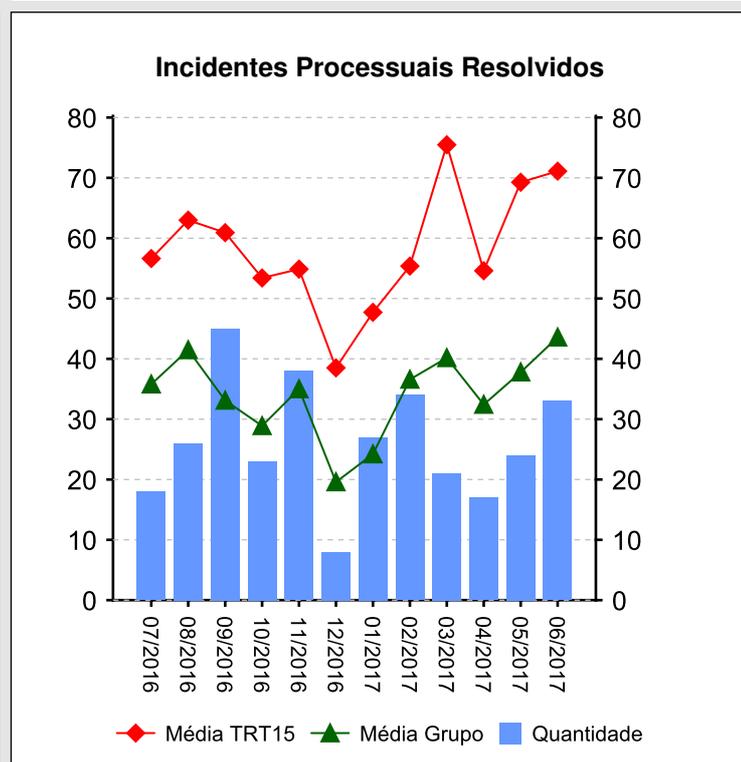
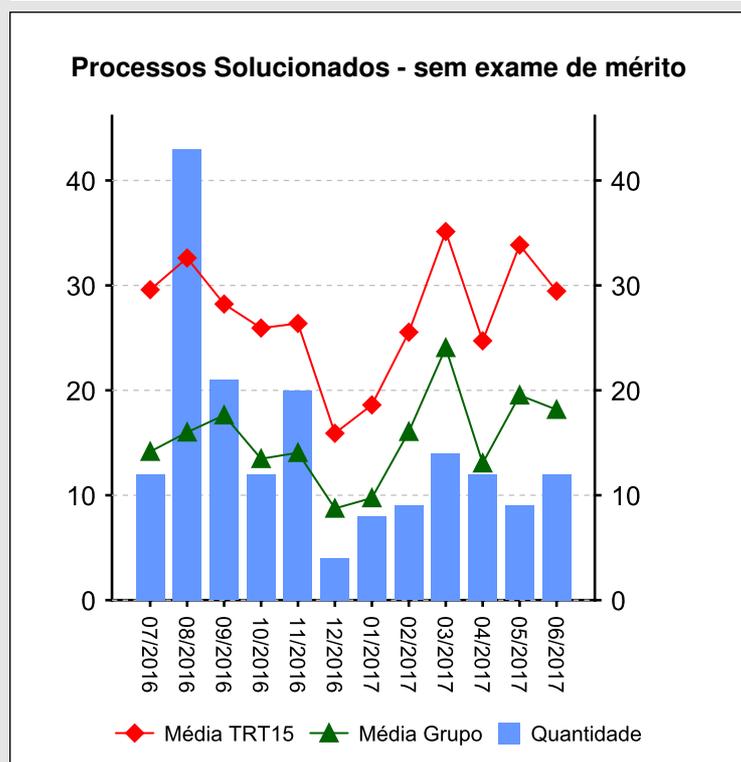
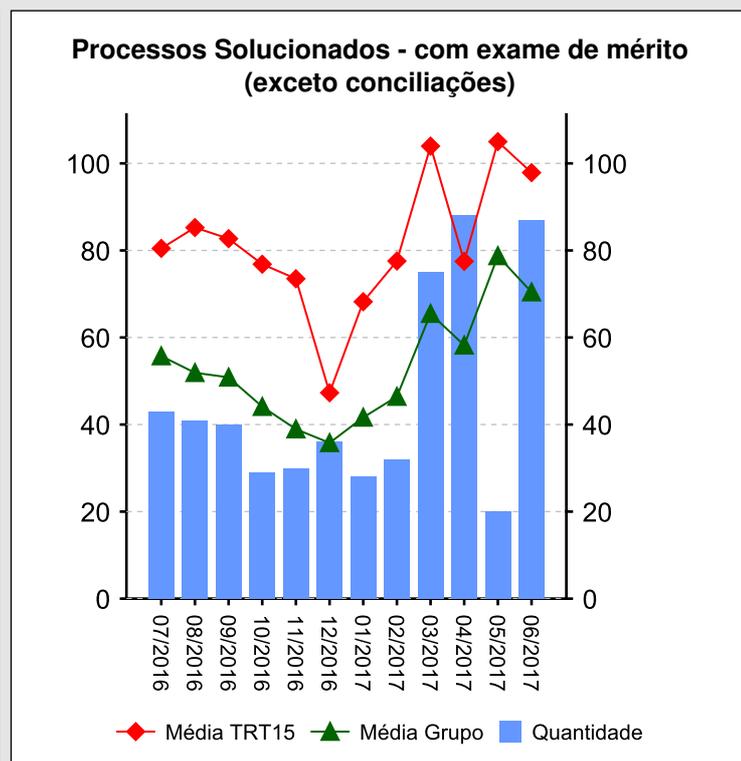
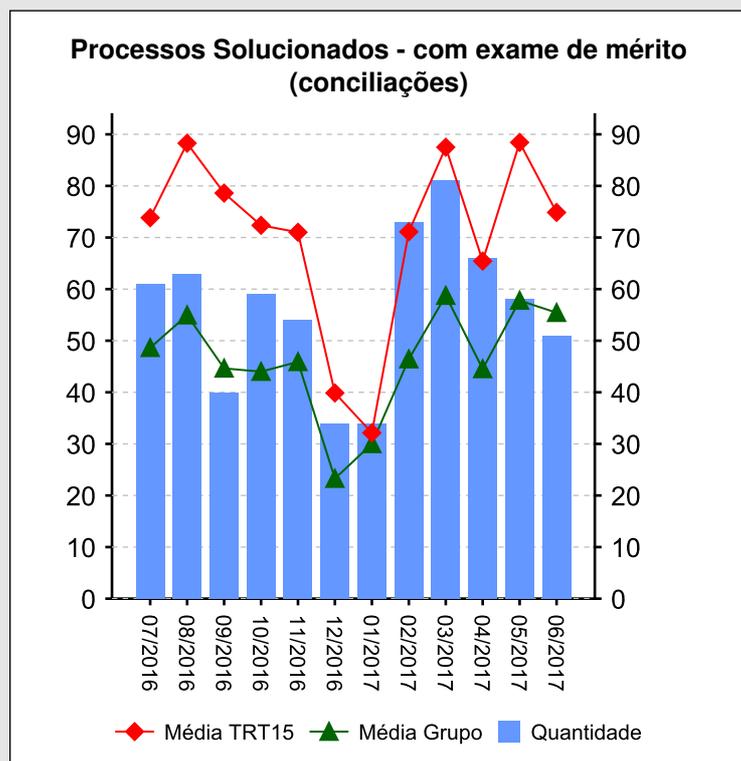
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	11	0,9	0,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	307	25,6	20,4
Sessões de audiência realizadas - una	1.334	111,2	88,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	246	20,5	16,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	147	12,3	9,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.641	136,8	108,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	393	32,8	26,1
Dias-Juiz	452	37,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	7.433	32,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.872	46,8	---

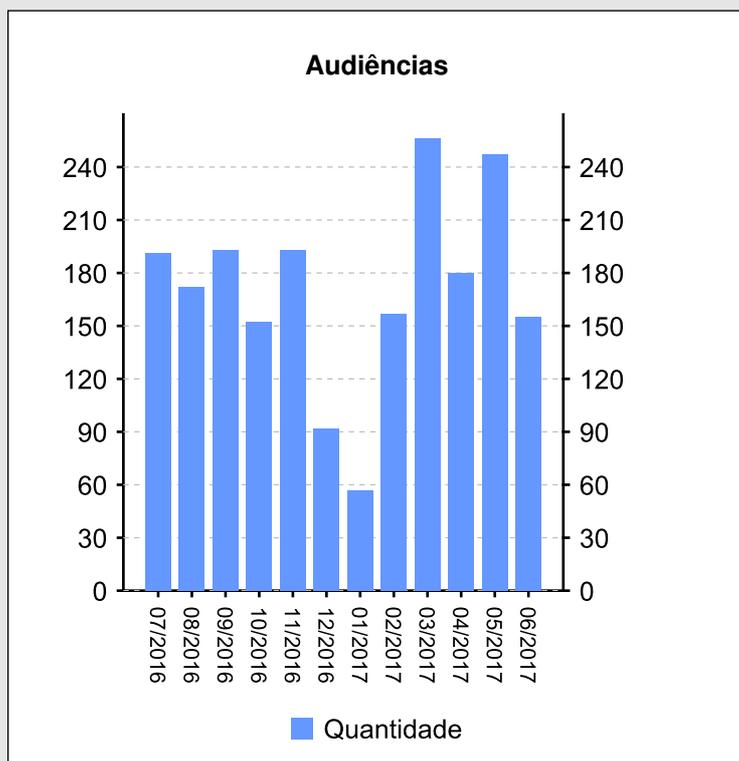
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

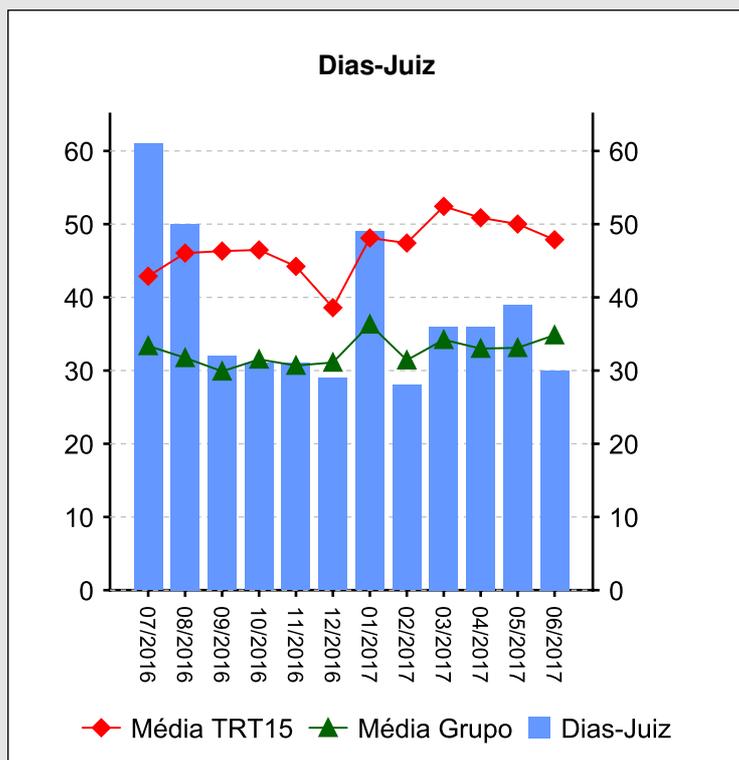
[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
07/2016	21	10	0	38	122	191
08/2016	11	9	1	40	111	172
09/2016	36	31	0	19	107	193
10/2016	16	10	0	28	98	152
11/2016	15	4	0	32	142	193
12/2016	9	4	0	16	63	92
01/2017	4	0	0	8	45	57
02/2017	27	8	0	27	95	157
03/2017	12	10	10	26	198	256
04/2017	12	0	0	28	140	180
05/2017	76	36	0	27	108	247
06/2017	7	25	0	18	105	155
Total	246	147	11	307	1334	2045



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
07/2016	61
08/2016	50
09/2016	32
10/2016	31
11/2016	31
12/2016	29
01/2017	49
02/2017	28
03/2017	36
04/2017	36
05/2017	39
06/2017	30
Média Mensal	37,7



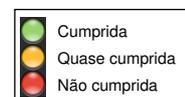
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

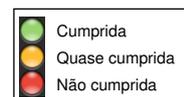
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1581	1585	1423	0	132	132	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

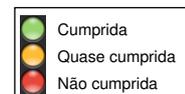
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1462	1316	1459	0	132	30	23 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
280	314	252	0	23	26	100 %





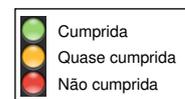
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

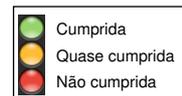
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
1	1	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
171	157	164	100 %





12 - ARRECAÇÃO [08/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 55.798,53	R\$ 208.231,66	R\$ 0,00	R\$ 1.440.801,82



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2013	1
2015	2
2016	12
2017	158
2018	304



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
1636	9	0	9	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 9 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está dentro dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pela gestora que também atuam na Unidade os assistentes de Juiz:

Cibely Soares – Assistente do Juiz Substituto Renato Clemente Pereira

Karina Kalil da Fonseca – Assistente da Juíza Substituta Auxiliar Fixa Mariângela Fonseca.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 02/10/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	02/09/2018	Data de corte:	02/09/2018
Saldo:	128	Saldo:	0
Data do mais antigo:	20/04/2018	Data do mais antigo:	-
		Total:	128



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 06/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo obteve melhora nos índices Acervo (de 0,27 para 0,17), Celeridade (de 0,19 para 0,16), Taxa de Congestionamento (de 0,32 para 0,31) e Força de Trabalho (de 0,44 para 0,42), não obstante tenha elevado bastante sua criticidade no indicador Produtividade (de 0,45 para 0,61), o que nesse aspecto inspira uma maior atenção do gestor.

Esse resultado já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 02/10/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há pendências.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):



Não há pendências.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Maria Paula Forteza Dias Puccuni	3	23/07/2018
TOTAL:	3	

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010415-32.2018.5.15.0143, 0010616-24.2018.5.15.0143 e 0010473-35.2018.5.15.0143

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010973-72.2016.5.15.0143, 0010620-95.2017.5.15.0143 e 0010027-71.2014.5.15.0143;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 02/10/2018, verificou-se a existência de 262 protocolos nos últimos 12 meses, com 0 pendência) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011183-60.2015.5.15.0143, 0010602-11.2016.5.15.0143 e 0011581-36.2017.5.15.0143);

16.5 – designa audiências em 03 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 78 no período de 09/2017 a 08/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a



777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, já que, por um problema técnico, o sistema automatizado deixou de calcular o período que a Juíza Substituta Dra. Mariângela Fonseca foi designada para atuar em caráter fixo na Unidade – a partir de 14/05/2018 até posterior deliberação. Assim, a disponibilidade média de magistrados indicada no supracitado item (29,0) não reflete a realidade, e a média real de dias-juiz é de 38,2, conforme quadro abaixo:

Mês/ano	Qtde
09/2017	32
10/2017	31
11/2017	30
12/2017	19
01/2018	24
02/2018	28
03/2018	31
04/2018	30
05/2018	49
06/2018	60
07/2018	62
08/2018	62
Média	38,2



mensal

Em que pese tal informação, registra-se também haver ciência de auxílio compartilhado, de forma que, embora oficialmente contabilizada a presença da Juíza Auxiliar Fixa Mariângela Fonseca na unidade integralmente, reconhece-se que a Magistrada na realidade precisou se dividir por determinado período, atuando também em Vara diversa (Ourinhos).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade oficial de magistrados (conforme as portarias expedidas), a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 42,6* processos solucionados por meio de conciliações, levemente inferior à média de referido grupo (RARIA 43,3) e à última correição (RARIA 44,7). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 49,3*, superior à média do grupo, de 46,1 (RARIA) e à última correição (RARIA de 36,4), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 117,2 (RARIA 92,0) na Unidade, superior à média do grupo 92,8 (RARIA 89,3), no mesmo período e ao RARIA de 81,2 apurado no último período correicionado.

Assim, se o auxílio compartilhado fosse computado pelo sistema automatizado, os resultados proporcionais à disponibilidade de juizes (RARIA) seriam ainda maiores, reforçando a conclusão de alta produtividade da Unidade.

Diante de tais motivos, a Exma. Vice-Corregedora Regional consigna seus elogios aos Juizes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

**RARIA calculado manualmente*

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pela gestora da Unidade em 02/10/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	06/11/2018	0	36
INICIAIS/ Sum:	31/10/2018	0	30
UNAS/ Ord:	06/11/2018	0	36



UNAS/Sum:	31/10/2018	04	30
INSTRUÇÕES/Ord:	28/11/2018	01	58
INSTRUÇÕES/Sum:	21/11/2018	0	51
CONCILIAÇÃO:	06/11/2018	09	36
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada. Também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, não havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	6	-	1	-	-	7
	tarde	4	2	2	-	-	8
quarta	manhã	3	2	2	-	-	7
	tarde	2	4	1	1	-	8
quinta	manhã	5	1	1	1	-	8
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na Unidade.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.



18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 62,0* audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado no último período correicionado (item 10.2, RARIA 108,9), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 125 dias, menor que o de seu grupo (223 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 57 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 141 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 272, quantidade maior que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde a última correição (299).

Ainda assim, para melhoria dos resultados, sugere-se implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento, já sugerida na Correição anterior (2017).

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

Sugere-se, ainda, a designação de audiência de mediação após a entrega do laudo pericial, já com eventuais impugnações e esclarecimentos, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

**RARIA calculado manualmente*

19 – CONSTATAÇÕES:



Preliminarmente informaram que o servidor Diogo Sabino Silva não mais faz parte do quadro de servidores da Unidade, embora ainda conste do quadro 3.1 desta ata.

A Unidade conta com atuação de dois estagiários da área de Direito, contratados pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Foram informados da possibilidade da contratação de mais três estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou diretamente com Instituições de Ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Atualmente a Unidade trabalha com 5% de seu acervo de processos físicos, atuando praticamente em uma única plataforma (PJe).

No que diz respeito aos processos da Meta 2 do CNJ, atualmente, encontram-se pendentes de solução 1 processo do ano de 2013, 02 de 2015, 12 de 2016, que entrarão na meta até dezembro próximo.

Verificou-se que os processos de 2015 encontram-se sobrestados, aguardando decisão pelo E. STF (repercussão geral) e o de 2013 aguarda retorno de carta precatória, encaminhada em novembro/2017, com audiência de instrução marcada no Juízo deprecado para 16/10/2018.

No que diz respeito às cartas precatórias inquiritórias, foram orientados para a solução no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que depende da devolução de cartas precatórias inquiritórias foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade, principalmente quando se tratar de processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvida que seja informada a Corregedoria para as providências, mesmo se tratando do Juízo deprecado de Unidade de outro Tribunal.

Demonstrou-se que as cartas precatórias recebidas na Unidade para oitiva de testemunha são colocadas em pauta em até 45 dias.

Salientou-se a existência de inconsistência nos lançamentos da liquidação, trazendo prejuízos para o prazo médio desta fase na Unidade. Foram verificadas, ainda, inconsistências no lançamento dos valores decorrentes de acordos, pagamentos espontâneos e execução e nos valores arrecadados com custas, emolumentos, imposto de renda e contribuições previdenciárias, que devem ser procedidos no momento do recolhimento. Salientou-se a importância desses lançamentos. Por fim, observou-se a existência de inconsistências nos lançamentos dos resultados nos incidentes processuais e recursos.

Constatou-se o ajuizamento de 53 ações do tipo Homologação de Transação Extrajudicial, desde a reforma da CLT, sendo, alguns casos, conforme a matéria, colocados em pauta para ratificação pelo reclamante, análise e eventual homologação pelo Juízo e



outros decididos diretamente por sentença.

Foi verificada na Unidade, também após a reforma da CLT, a distribuição de uma ação do tipo Produção Antecipada de Provas, que foi extinta por se tratar de pedido de realização de perícia. Salientou-se que esse tipo de ação tem sido uma tendência nas Unidades da 15ª Região, para apresentação de documentos.

Salientou, a Exma. Desembargadora Vice-Corregedora, que mesmo a Unidade tendo apresentados bons índices, há necessidade de buscarem melhores resultados, objetivando a diminuição do prazo médio da fase de conhecimento na Unidade e no Tribunal.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial

Nos processos que dependem de prova pericial, a perícia é marcada em audiência, com prazos prefixados para apresentação de quesitos, assistente técnicos e laudo pericial. Anexado o laudo, as partes são intimadas para impugnação e após o perito para esclarecimento. Salientou-se que o procedimento alonga o prazo médio da Unidade. Esclareceram que deixaram de adotar o procedimento de perícia em que as partes se comunicam por e-mail, vindo o laudo ao processo já com impugnação e esclarecimentos. Os honorários prévios do perito, quando há concordância das partes pelo pagamento, são depositados diretamente na conta do perito. A audiência de instrução é marcada apenas após a finalização do procedimento de perícia, uma vez que a vaga na pauta de instruções é curta, e se o perito não cumprisse o prazo a ele fixado, perdiam a audiência.

Informaram que os processos envolvendo matéria de direito em face de Órgãos Públicos são colocados em pauta para efeito de vinculação, mas são incluídos em pauta de iniciais, não trazendo prejuízo à pauta de Unas e Instrução.

Verificou-se a existência de processos com lançamento de início da liquidação, mas com a existência de recurso, assim como a existência de processos já em Instância Superior. Orientou-se para maior atenção no lançamento do início da liquidação, somente após o trânsito em julgado, a fim de não alongar indevidamente o prazo médio da liquidação.

Constatou-se, ainda a existência de processos com liquidação encerrada, porém com a liquidação ainda pendente no e-Gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de



liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, a homologação de acordo ou a redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Sistema AUD, para informação de acordo, devendo ser registrado “acordo pós-sentença”.

Para início da liquidação, após o trânsito em julgado, em alguns casos as partes são intimadas para apresentar cálculos, elaborados no Pje-Calc, no prazo de 20 dias. Em outros casos, a reclamada é intimada a apresentar os cálculos e depositar o valor reconhecido como devido. Após a apresentação, as partes são novamente intimadas para apresentar impugnação fundamentada no prazo de 8 dias, sob pena de preclusão. Caso haja grande diferença, é designada perícia contábil.

Sugeriu-se, a critério dos magistrados, a designação de audiência para tentativa de conciliação, sendo as partes intimadas, de uma só vez, para apresentação de cálculos e impugnação, com prazos prefixados, antes da audiência, observado o prazo do § 2º do art. 879 da CLT.

Foram orientados a utilizar todas as ferramentas eletrônicas de pesquisa para efetividade da execução, inclusive CNIB, PROTESTO, SERASAJUD, SIMBA e INFOSEG.

Sugeriu-se, a critério do Magistrado, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Com relação a utilização do sistema EXE15, foram orientados a sempre cadastrar os processos no sistema, mesmo quando não expedido novo mandado e expedida certidão no processo por constatada a existência de pesquisa patrimonial frustrada nos últimos doze meses e, ainda, para que a Oficiala de Justiça proceda ao cadastramento da diligência no sistema EXE15.

Salientou-se que a correta indicação de execução frustrada é imprescindível para alimentação do banco de devedores insolventes do Regional, e que a transparência das informações é essencial para a funcionalidade do sistema e efetividade das execuções, servindo de subsídio para outras Unidades da 15ª Região e principalmente para as Divisões de Execução.

A respeito das intimações eletrônicas, informaram que tentaram o consentimento de várias empresas, mas sem sucesso. Salientou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer – especialmente em caso de reclamadas mais frequentes e ou que estejam estabelecidas em endereços não atendidos pelos Correios e de Órgão Públicos. Orientou-se para que insista no contato a Diretora de Secretaria ou até mesmo os Juízes junto aos departamentos jurídicos e aos advogados das empresas com esse perfil para consentimento do recebimento das notificações por e-mail.



A Unidade não conta com mediador capacitado pela Escola Judicial, sob o argumento de deficiência do quadro de servidores. Orientou-se para a inclusão de servidor em curso da Escola Judicial deste Tribunal, tendo em vista os benefícios que podem trazer para o prazo médio e o próprio acervo de processos da Unidade.

Foram orientados à utilização de filtros e alertas para priorização das questões urgentes, dos relatórios do Sicond e da Wiki disponibilizada pela Corregedoria. Foram, ainda orientados a excluir os setores destinos (SAP1G) não autorizadas pela Corregedoria.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 (alterada pela Portaria GP-VPJ-CR nº 01/2018) para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que cada servidor pertença exclusivamente a uma única equipe, cujo objetivo é especializar pequenos grupos de servidores em práticas otimizadas de procedimentos, desde que haja condições mínimas de lotação;"

20.2 – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G (se houver processos físicos) como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação; para o gerenciamento dos processos eletrônicos, utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria);

20.3 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

20.4 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.5 – abster-se de designar audiência, quando for parte a União, o Estado, os Municípios, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, conforme a Recomendação GP-CR nº 01/2014;

20.6 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que



se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.3 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.4 – utilizar regularmente as ferramentas SERASA, CNIB, SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.

21.5 – proceder a regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

21.6 – informar por meio de pedido complementar no PROAD da Unidade, no prazo de 10 (dez) dias, o cumprimento das diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido), constante dos itens 7.2 e 7.3 desta ata, ou justificar a impossibilidade do cumprimento.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 9/10/2018 e 10/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:



ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0069800-23.2009.5.15.0143	Processo físico na variável 342 do e-Gestão (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento) com última ocorrência "PZO – órgão ext: solução de recurso no TST" desde 23/01/2018. Embora o vencimento do prazo esteja agendado para 19/12/2018, em consulta ao site do E. TST, verifica-se que houve o trânsito em julgado dia 09/08/2018.	Levar o processo à conclusão para prosseguimento.
2	0010716-13.2017.5.15.0143	Processo eletrônico na tarefa "aguardando laudo pericial" desde 20/06/2018. Apesar de ter sido determinada a realização de perícia médica em 13/09/2017, até hoje não houve apresentação do laudo pelo expert. Há outros em situação parecida.	Dar prosseguimento ao feito e intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos.
3	0010832-82.2018.5.15.0143	Processo eletrônico na tarefa "cumprimento de providências – subcaixa razões finais" desde 12/09/2018. Em audiência realizada dia 11/09/2018, deferiu-se prazo de 10 dias para que o reclamante se manifestasse acerca da contestação e posteriormente o feito seria encaminhado para prolação de sentença, o que até hoje não ocorreu.	Tramitar imediatamente o processo, encaminhando-o para a caixa de tarefa "minutar sentença", com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
4	0000239-38.2011.5.15.0143	Processo eletrônico na tarefa "aguardando final do sobrestamento" desde 09/04/2018. O feito se encontra na raiz da tarefa há mais de 5 meses. Há outros em situação similar.	Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de partes, advogados ou terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:



24.1 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Mariângela Fonseca está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000600-58.2010.5.15.0897), assim como o Juiz Substituto Renato Clemente Pereira (PA 0000470-63.2013.5.15.0897).

24.2 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre os resultados da Unidade, pauta de audiências, incentivo à mediação e necessidade de cadastramento no SIMBA pelo Exmo. Juiz Substituto Renato Clemente Pereira.

24.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretora, com a ciência do Exmo. Juiz Titular, ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 3590/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 15 de outubro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.